

Relator do TSE vota para tornar Bolsonaro inelegível

Relator vota para condenar Bolsonaro

Ministro Benedito Gonçalves diz que ex-presidente atuou para obter vantagens eleitorais e atacar democracia. Sessão continua amanhã

LUANA PATRIOLINO

N a segunda sessão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que definirá o futuro político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, se manifestou pela inelegibilidade do ex-chefe do Executivo por um período de oito anos. Ele é acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

O voto do relator foi dividido em três partes e ocupou toda a sessão da Corte. Por isso, o julgamento foi suspenso e será retomado às 10h de amanhã, com os votos dos ministros Badi Assis, Flávio de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia Kassio Nunes Marques e, por último, o presidente do tribunal, Alexandre de Moraes.

O processo trata da reunião que Bolsonaro fez com embaixadores, no Palácio da Alvorada, em julho do ano passado, na qual levantou suspeitas sobre o sistema eleitoral, sem apresentar provas. O encontro foi transmitido pela TV Brasil, emissora pública.

Benedito Gonçalves cita total responsabilidade de Bolsonaro em uma situação para obter vantagens no pleito de 2022. Segundo o ministro, a reunião teve caráter ilegalidade eleitoral, mirando influenciar o eleitorado e a opinião pública nacional e internacional. "O uso da estrutura pública e das prerrogativas do cargo de presidente da República foi contaminado por desvio de finalidade em favor da candidatura da chapa investigada", frisa.

O relator também destacou que o fato trairia a lealdade e as prerrogativas do cargo de chefe do Executivo "para promover o

Forças Armadas

O voto de Benedito Gonçalves também abordou a relação de Bolsonaro com as Forças Armadas e o convite para militares acompanharem os testes de integridade das urnas eletrônicas. "As Forças Armadas passaram efetivamente a ocupar um papel central na estratégia do primeiro investigado (Bolsonaro) para confrontar o TSE. Existe um forte perigo e nada discreto com o golpe", frisa.

acirramento das tensões institucionais". De acordo com ele, Bolsonaro tentou deslegitimar a maioria de três ministros do TSE "apenas para criar inimigos imaginários".

Minuta do golpe

O ministro também votou para manter na ação a minuta do golpe. Destacou que a medida ganhou aval do TSE em fevereiro e que o fato tem relação com o processo, apesar de ter sido incluído posteriormente. O documento foi encontrado na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres e detalhava um plano para reverter o resultado das eleições que definiriam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República.

Na primeira parte da sessão, Gonçalves rejeitou a comparação feita pela defesa de Bolsonaro de que o TSE estaria quebrando a própria jurisdição, pois, em 2017, retirou a inclusão de novas provas na ação que investigava a chapa Dilma-Temer. "A admissibilidade não contraria a nossa jurisdição firmada nas eleições de 2014", enfatizou.

Shilo Anuj/MP



Segundo o relator, Bolsonaro usou o cargo e a estrutura da Presidência para espalhar notícias falsas



A reunião não é uma fotografia na parede. É patente a alta reprovabilidade da conduta"

Benedito Gonçalves, relator do processo no TSE

Antonio Augusto/Secom/TSE



Proposta de anistia

Em reação ao julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pode destituir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos, o deputado Sanderson (PL-ES) vai apresentar um projeto de lei para beneficiar políticos que cometeram crimes eleitorais em 2022.

Sanderson é presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara. Ele sustenta que essa deve ser uma decisão soberana do Congresso. Se prosperar, a própria Casa teria força para derubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso a proposta vá à sanção.

"Crimes eleitorais não se enquadram nas vedações da anistia", diz o deputado. Ou seja, Bolsonaro é alvo de ação na esfera eleitoral e, portanto, pode ser beneficiado.

Para Sanderson, o julgamento do TSE é uma perseguição ao ex-presidente e a políticos de direita. "Não fosse Jair Bolsonaro a figurar como réu, daria, no máximo, uma multa. Mas como é ele, querem decepá-lo politicamente", afirmou. "É uma pena capital: ele tem 70 anos, se eliminarem ele por oito anos, está fora da política. Se for condenado, é uma heresia jurídica", acrescentou.

A Comissão de Segurança da Câmara é dominada por bolsonaristas. Alguns integrantes já admitam a derrota no julgamento do TSE. "Fica nossa torcida para que haja justiça. Se houver a inelegibilidade, vão criar mais ainda um mártir. Em 2026, vamos reverter essa situação", frisa Gilvan da Federal (PL-ES).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2